

**PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO
NO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**

LÍNGUA PORTUGUESA

ORIENTAÇÃO: *As questões 01 a 04 serão baseadas no texto a seguir:*

A ABOLIÇÃO DO TRÁFICO NEGREIRO

A extinção do tráfico negreiro não foi um fato isolado na vida econômica do Brasil; ao contrário, ela correspondeu às exigências da expansão industrial da Inglaterra.

Depois que esse país conseguiu dar o salto qualitativo - o da mecanização da produção - não lhe interessava mais a existência da escravidão na América, pois, com a implantação do capitalismo industrial, tornava-se necessária a ampliação de mercados consumidores. A escravidão passou, então, a ser um entrave aos interesses ingleses, visto que os escravos estavam marginalizados do consumo.

Com relação ao Brasil, a Inglaterra usou mais do que a simples pressão: só reconheceu a independência daquele país mediante tratado, no qual o Brasil se comprometia a abolir o tráfico de negros.

Todavia, não foi tomada qualquer medida efetiva, o que levou a aprovação da Lei de 1831 que, na prática, deveria acabar com o tráfico, pois estabelecia a liberdade de todos os africanos que entrassem no país a partir daquela data.

Esta lei, contudo, ficou "para inglês ver". Ela serviu para refrear um pouco a pressão britânica. Esta, porém, nunca cessou de todo e, em 1845, o Parlamento inglês aprovou o "Bill Aberdeen", que concedia à marinha inglesa o direito de revistar os navios suspeitos de tráfico e, mais ainda, permitia a prisão de navios acusados de praticarem pirataria e o julgamento dos traficantes por tribunais ingleses.

A partir daí, a pressão sobre o governo brasileiro tornou-se muito maior e a situação chegou a ficar insustentável, pois os navios brasileiros começaram a ser revistados, embora navegassem ao longo da costa ou, ainda, quando ancorados nos portos.

Finalmente, em 1850, o Parlamento brasileiro aprovou a Lei Eusébio de Queirós, que proibia, definitivamente, o tráfico negreiro para o Brasil.

(Ana Maria F. da Costa Monteiro e outros. *História*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação, 1988, p.181, com pequenas adaptações.)

01. A leitura dos dois primeiros parágrafos do texto nos permite concluir que:

- a) a escravidão na América foi resultado da mecanização da produção na Inglaterra.
- b) o capitalismo industrial gerou consumidores marginalizados: os escravos.
- c) o Brasil, ao mecanizar sua produção, definiu o fim do tráfico de escravos.
- d) a Inglaterra apoiava a escravidão na América porque necessitava dar um salto qualitativo em sua economia.

02. Após a leitura do texto, concluímos que o Brasil:

- a) preocupado com sua independência em relação a Portugal, esquecia-se dos direitos humanos.
- b) necessitava dos escravos como mão de obra assalariada na lavoura para fazer-se independente.
- c) cedeu às pressões inglesas porque obedecia a instruções de Portugal.
- d) só teria sua independência reconhecida pela Inglaterra se extinguisse o tráfico negreiro.

03. Em "ao contrário, ela correspondeu às exigências da expansão industrial da Inglaterra." (linhas 2-3), o uso do acento grave, indicativo da crase, está conforme a norma padrão culta. Assinale a alternativa em que a presença ou a ausência da crase desvia-se do padrão culto da língua portuguesa:

- a) O estagiário receberá, por mês, uma bolsa-auxílio de valor equivalente a oitenta por cento do salário-mínimo.
- b) Será vedada à concessão de auxílio-alimentação ou quaisquer outros auxílios pecuniários a estagiário, salvo o auxílio-transporte.
- c) Não haverá pagamento de horas-extras, facultada ao supervisor de estágio a compensação de horário.
- d) A prova será realizada no dia 18 de setembro de 2011, iniciando-se às 8 horas.

04. A palavra *ÍmecanizaçãoÍ* (linha 4) foi grafada no texto em conformidade com as normas ortográficas da língua portuguesa. Assim como ela, assinale a alternativa em que a palavra destacada também está grafada em consonância com a ortografia oficial:

- a) Inicialmente, pretendo montar um mini-mercado.
- b) Só depois pensarei num comércio extra-ordinário.
- c) José de Anchieta foi o pioneiro no processo de catequização dos índios.
- d) A catalização é um fenômeno que pouca gente consegue entender.

05. Assinale a alternativa em que a análise morfológica do vocábulo destacado está incorreta:

- a) Mal o candidato entrou na sala, fecharam-se os portões. (advérbio de modo)
- b) Mais tempo te esperaria, se não fosse tão breve a vida. (pronome indefinido)
- c) Aquela é a casa onde morei durante minha infância. (pronome relativo)
- d) Nunca pensei que, para ser aprovado no Processo Seletivo do TJMA, fosse necessário tanto esforço. (pronome indefinido)

06. Assinale a alternativa em que uma forma verbal foi flexionada incorretamente:

- a) O fiscal sempre medeia as aplicações de testes seletivos.
- b) Se a testemunha depor favoravelmente, o réu será absolvido.
- c) Assim que eu reouver o dinheiro, pagarei a dívida.
- d) Quando você vir os Lençóis Maranhenses, ficará extasiado.

07. Aponte a alternativa em que a oração destacada estiver analisada incorretamente:

- a) O candidato que tiver se dedicado ao estudo terá êxito no seletivo. (subordinada adjetiva restritiva)
- b) Não é fácil dominar análise sintática. (subordinada substantiva subjetiva)
- c) Sabe-se que o gabarito das provas será divulgado em até 48 horas. (subordinada substantiva objetiva direta)
- d) Os presídios estão tão superlotados que há presos até em escolas públicas. (subordinada adverbial consecutiva)

08. Marque a opção em que a concordância verbal contraria a Gramática Normativa:

- a) Chegou ontem um analista e um chefe de divisão para supervisionar as provas.
- b) Quais de vós estudastes com dedicação para o Seletivo do TJMA?
- c) João Castelo ou Flávio Dino será prefeito de São Luís.
- d) Mais de um candidato se inscreveram para o Teste Seletivo do TJMA.

09. Assinale a alternativa em que há erro de concordância em relação à norma culta da língua portuguesa:

- a) Estão arraigadas, agora, as vantagens e os privilégios ilegítimos dos políticos.
- b) Ocorrem, na verdade, diversos fatores condicionadores do analfabetismo funcional entre nós.
- c) Anexa ao ofício, segue a relação dos candidatos inscritos para o Seletivo do TJMA.
- d) O chefe dos fiscais não soube dizer para quem a entrada é proibido.

10. A afirmativa a respeito do uso da vírgula não se ajusta ao período:

- a) ~~%~~ segunda mulher, Conceição, e a mãe desta acolheram-se bem.+ (A vírgula foi usada para separar o aposto).
- b) ~~%~~ sogra fazia uma careta, e as escravas riam à socapa.+ (A vírgula é desnecessária em virtude da presença da conjunção ~~%~~).
- c) ~~M~~amãe está longe, mas tem o sono muito leve.+ (A vírgula foi usada para separar oração coordenada sindética adversativa).
- d) ~~%~~ Não dizia mal de ninguém, perdoava tudo.+ (A vírgula foi usada para separar orações coordenadas assindéticas).

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

11. Acerca do corregedor-geral da Justiça, é incorreto afirmar que:

- a) poderá requisitar qualquer processo da inferior instância, tomando ou expedindo nos próprios autos, ou em provimento, as providências ou instruções que entender necessárias ao bom e regular andamento do serviço.
- b) durante o exercício do cargo, o corregedor-geral da Justiça não ficará afastado de suas funções judicantes, nem poderá ser auxiliado por juízes de direito.
- c) será auxiliado por juízes de direito que, por delegação, exercerão suas atribuições relativamente aos juízes de entrâncias inferiores e aos servidores e funcionários da Justiça.
- d) de suas decisões originárias, salvo disposição em contrário, cabe recurso para o Tribunal de Justiça, no prazo de cinco dias, a partir do conhecimento da decisão pelo interessado.

12. Nos Juizados Especiais, o preparo do recurso compreenderá:

- a) todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita.
- b) todas as despesas processuais, exceto aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição e as hipóteses de assistência judiciária.
- c) todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, não havendo ressalva nem mesmo para as hipóteses de assistência judiciária gratuita.
- d) nenhuma das respostas anteriores.

13. É permitido ao magistrado:

- a) exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como acionista ou quotista.
- b) exercer cargo de direção ou técnico de sociedade civil, associação ou fundação, de qualquer natureza ou finalidade, salvo de associação de classe, e sem remuneração.
- c) manifestar juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças de órgãos judiciais, ressalvada a crítica em julgamento ou em autos e em obras técnicas ou, ainda, no exercício do magistério.
- d) exercer o magistério em instituição de ensino superior do setor privado.

14. Na promoção de juiz de direito por antiguidade, o Tribunal de Justiça somente poderá recusar o magistrado mais antigo:

- a) pelo voto de dois terços de seus membros, repetindo-se a votação até fixar-se a escolha.
- b) pelo voto de um terço de seus membros, repetindo-se a votação até fixar-se a escolha.
- c) pelo voto da maioria absoluta de seus membros, repetindo-se a votação até fixar-se a escolha.
- d) nenhuma das respostas anteriores.

15. Ao juiz de direito cabe, também, o desempenho de funções administrativas, exceto:

- a) comunicar à Ordem dos Advogados do Brasil as infrações de seu Estatuto, quando praticadas por integrantes do quadro da Ordem.
- b) remeter, até o dia 10 de cada mês, mapa do movimento forense mensal, conforme modelo fornecido pela Corregedoria Geral da Justiça.
- c) expedir certidões extraídas dos autos, livros e demais papéis sob sua guarda.
- d) conceder férias, licença-gestante e licença para tratamento de saúde até trinta dias a serventuários da Justiça em sua comarca.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

16. Assinale a alternativa correta:

- a) O art. 5º da Constituição Federal garante aos brasileiros, e somente aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

- b) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação moral a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- c) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no primeiro caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- d) Por ser uma pena mais grave, a dissolução compulsória de uma associação só pode ocorrer por decisão judicial, com trânsito em julgado.

17. Leia atentamente os itens abaixo e responda a seguir:

- I . Somente em se tratando do STF é que não se amplia a competência originária pelas vias da legislação ordinária; isso porque as atribuições do Excelso Pretório (originária ou recursal) são apenas aquelas constitucionalmente determinadas.
- II . As atribuições judicantes previstas nos incisos do artigo 102 da CF-88 têm, quase todas, conteúdo de litígio constitucional. Pode-se dizer que ali enraíza a composição da lide constitucional, mediante o exercício de jurisdição constitucional. Portanto, comporta três modalidades que podem ser atendidas por aquela Egrégia Corte Constitucional: jurisdição constitucional, com controle de constitucionalidade; jurisdição constitucional da liberdade; jurisdição constitucional, sem controle de constitucionalidade.
- III - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por quatro quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Parágrafo acrescentado pela Emenda Constitucional 45, de 08/12/2004, DOU 31/12/2004)

Pode-se afirmar que:

- a) só o item I está correto.
- b) só o item III está incorreto.
- c) só os itens I e II estão corretos.
- d) todos os itens estão corretos.

18. Analise as seguintes assertivas e responda a seguir:

- I . A intervenção é o ato político que consiste na incursão da entidade interventora nos negócios da entidade que a suporta. Constitui o *punctum dolens* do Estado Federal, no qual se entrecruzam as tendências unitaristas e desagregantes.
- II . Compete ao Estado a intervenção em Municípios que se localizem em seu território, feita por meio de lei, aprovada pelo Legislativo Estadual, por dois terços, e assegurada por decisão do Poder Judiciário local, por maioria dos seus membros.
- III . A lei de intervenção será submetida pelo Presidente da República à apreciação, em até 48 horas, do Congresso Nacional, que será convocado extraordinariamente no mesmo prazo, se não estiver funcionando, para conhecer do ato interventivo, dispensada a exigência se a suspensão do ato impugnado houver produzido seus efeitos nos casos de provimento a representação procurador-geral da república.
- IV . Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a eles voltarão, salvo impedimento legal. Vale dizer que a intervenção é ato temporário, cuja duração há que ficar estabelecida na lei interventiva.

Pode-se afirmar que:

- a) é falso o item I.
- b) são verdadeiros os itens II e III
- c) são verdadeiros os itens III e IV.
- d) são falsos os itens II, III e IV.

19. Com relação ao Poder Executivo, analise as assertivas e responda a seguir:

- I . Admitida a acusação contra o Presidente da República, por um terço da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- II . Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, (candidatos Presidente e Vice Presidente da República) far-se-á nova eleição em até trinta dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.
- III . Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição quarenta e cinco dias depois de aberta a última vaga.
- IV . Pode o Presidente permitir, nos casos previstos em lei ordinária, que forças estrangeiras transitem pelo território pátrio ou nele permaneçam temporariamente.

Pode-se afirmar que:

- a) o item I está correto.
- b) os itens II e III estão corretos.
- c) somente o item IV está incorreto.
- d) todos os itens estão incorretos.

20. No que se ao Poder Judiciário:

- I . o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e quatro por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, obedecido, em qualquer caso, ao disposto nos artigos 37, XI, e 39, § 4º da Constituição Federal.
- II . o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- III . nos tribunais com número superior a vinte julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de dez e o máximo de dezesseis membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.
- IV . somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

Pode-se afirmar que:

- a) os itens I e II estão corretos.
- b) os itens II e IV estão corretos.
- c) os itens III e IV estão corretos.
- d) todos os itens estão corretos.

21. É incorreto afirmar que:

- a) compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do Júri, quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

- b) sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- c) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário de que trata o art. 40 da Constituição Federal, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.
- d) cabe aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: propriedade predial e territorial urbana, transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição, serviços de qualquer natureza, não mencionados no art. 155, II, definidos em lei complementar.

Direito Administrativo

22. Assinale as afirmações e assinale a resposta a seguir:

- I . A autarquia é pessoa jurídica de Direito Público que presta serviços estatais sociais, dotada de autonomia administrativa e financeira, sendo que somente por lei é autorizada a sua criação e com registro público é constituída. Continuam sob controle e tutela do Estado, quanto à organização e ao funcionamento de seus serviços, bem como no tocante à fiscalização de suas atividades e gestão financeira. IBGE, FIOCRUZ e CNPq são alguns exemplos de autarquias.
- II . A Sociedade de Economia Mista é pessoa jurídica de Direito Privado, que tem capital misto (público e privado). É constituída sob a forma de Sociedade Anônima (S.A.). Explora atividade econômica ou prestação de serviços públicos. Não titulariza atividades públicas, sendo pessoas jurídicas de direito privado, isto é, apenas recebem o exercício de tais atividades.
- III . Com relação às Empresas Públicas, podemos destacar: capital de 100% público; exploração de atividade econômica ou prestação de serviços públicos; não titularizam atividades públicas, sendo pessoas jurídicas de direito privado, ou seja, apenas recebem o exercício de tais atividades.
- IV . As fundações governamentais sujeitam-se à responsabilidade objetiva, consagrada no referido mandamento constitucional. A responsabilidade das fundações é primária, ou seja, elas é que devem, em princípio, responder pelos prejuízos que seus agentes causem a terceiros.

Pode-se afirmar que:

- a) somente o item I é incorreto.
- b) os itens I e III estão incorretos.
- c) os itens II e IV estão incorretos.
- d) todos os itens estão incorretos.

23. Atente para as seguintes afirmações:

- I . Possuem a relação jurídica do contrato administrativo algumas peculiaridades próprias de sua natureza. Podem se revestir das seguintes características: formalismo, comutatividade, confiança recíproca e bilateralidade.
- II . O projeto executivo (das condições específicas de contratação) é a definição prévia da obra a ser contratada. Deve a Administração, antes das providências necessárias à contratação, delinear o projeto da obra, indicando os motivos que levam à sua

Direito Civil

28. Há diferença entre nulidade e ineficácia do negócio jurídico?

- a) Sim. A nulidade é vício intrínseco do negócio jurídico, que o torna defeituoso. A ineficácia ocorre quando fatores externos ao negócio jurídico, válido somente entre as partes, impedem a produção de efeitos em relação a terceiros, embora o ato jurídico seja perfeito.
- b) Sim. A nulidade é vício extrínseco do negócio jurídico, que o torna defeituoso. A ineficácia ocorre quando fatores internos ao negócio jurídico, válido somente entre as partes, impedem a produção de efeitos em relação a terceiros, embora o ato jurídico seja perfeito.
- c) Não existe diferença substancial. Embora a nulidade seja vício do negócio jurídico, que o torna defeituoso, na prática equivale à ineficácia, pois o negócio jurídico permanece sem produzir efeitos em relação às partes e a terceiros.
- d) Não existe diferença no plano formal. Embora a nulidade seja vício do negócio jurídico, que o torna defeituoso, na prática equivale à ineficácia, pois o negócio jurídico permanece sem produzir efeitos em relação às partes e a terceiros.

29. Relativamente ao prazo prescricional é inteiramente correto afirmar que:

- a) não pode ser interrompido pelo interessado quando a ação versar sobre direito obrigacional ou sobre direito real, porém as partes não podem alterá-lo por acordo.
- b) não pode ser interrompido ou suspenso pelo interessado quando a ação versar sobre direito obrigacional ou sobre direito das coisas, contudo as partes podem alterá-lo por acordo.
- c) pode ser interrompido e suspenso por terceiros e pelo interessado quando a ação versar sobre direito obrigacional ou sobre direito real, entretanto as partes somente podem alterá-lo por acordo.
- d) pode ser interrompido pelo interessado quando a ação versar sobre direito obrigacional ou sobre direito das coisas, no entanto as partes não podem alterá-lo por acordo.

30. Se o devedor se obriga a prestar determinado serviço e depois se recusa a fazê-lo, o credor poderá agir, em casos urgentes, da seguinte forma:

- a) independentemente de prévia autorização judicial, contratar terceiro para executar a prestação, às custas do devedor, em se tratando de obrigação de fazer infungível.
- b) apenas com prévia autorização judicial, contratar terceiro para executar a prestação, às custas do devedor, em se tratando de obrigação de dar.
- c) independentemente de prévia autorização judicial, contratar terceiro para executar a prestação, às custas do devedor, em se tratando de obrigação de fazer fungível.
- d) apenas com prévia autorização judicial, contratar terceiro para executar a prestação, às custas do devedor, em se tratando de obrigação de fazer fungível.

31. Relativamente à cláusula penal é inteiramente correto afirmar que:

- a) também denominada de pena convencional, a cláusula penal é ajustada entre as partes para ter incidência na hipótese de inadimplemento. Pode ser compensatória, quando ocorre a demora no cumprimento da prestação, e pode ser moratória, quando ocorre o inadimplemento absoluto. O valor máximo, em qualquer hipótese, não pode ser superior ao valor da obrigação principal. Ainda que o prejuízo exceda o valor previsto na cláusula penal, não pode o credor exigir indenização suplementar se assim não foi convencionado.

- b) também denominada de multa convencional, a cláusula penal é ajustada entre as partes para ter incidência na hipótese de inadimplemento. Pode ser moratória, quando ocorre a demora no cumprimento da prestação, e pode ser remuneratória, quando ocorre o inadimplemento absoluto. O valor máximo, em qualquer hipótese, não pode ser superior a 2% do valor da obrigação principal. Ainda que o prejuízo exceda o valor previsto na cláusula penal, o credor pode exigir indenização suplementar mesmo que assim não tenha convencionado, mas desde que prove o prejuízo excedente.
- c) também denominada de pena convencional, a cláusula penal é ajustada entre as partes para ter incidência na hipótese de inadimplemento. Pode ser moratória, quando ocorre a demora no cumprimento da prestação, e pode ser compensatória, quando ocorre o inadimplemento absoluto. O valor máximo, em qualquer hipótese, não pode ser superior a 10% do valor da obrigação principal. A multa também pode ser reduzida pelo juiz no caso de cumprimento parcial ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, independentemente da natureza e da finalidade do negócio.
- d) também denominada de multa convencional, a cláusula penal é ajustada entre as partes para ter incidência na hipótese de inadimplemento. Pode ser moratória, quando ocorre a demora no cumprimento da prestação, e pode ser compensatória, quando ocorre o inadimplemento absoluto. O valor máximo, em qualquer hipótese, não pode ser superior ao valor da obrigação principal. A multa também pode ser reduzida pelo juiz no caso de cumprimento parcial ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, consideradas a natureza e a finalidade do negócio.

32. Constituto possessório é:

- a) o ato pelo qual aquele que possuía em nome de outrem passa a possuir em nome próprio. Desdobra-se, assim, a posse: o novo possuidor converte-se em possuidor direto, e o possuidor antigo converte-se em possuidor indireto, em virtude da convenção. É forma de tradição ficta.
- b) o ato pelo qual aquele que possuía em seu nome passa a possuir em nome de outrem. Desdobra-se, assim, a posse: o possuidor antigo converte-se em possuidor direto, e o novo possuidor converte-se em possuidor indireto, em virtude da convenção. É forma de tradição ficta.
- c) o ato pelo qual aquele que possuía em nome de outrem passa a possuir em nome de seu representante. Desdobra-se, assim, a posse: o possuidor antigo converte-se em possuidor direto, e o novo possuidor converte-se em possuidor indireto, em virtude da convenção. É forma de tradição real.
- d) o ato pelo qual aquele que não possuía passa a possuir em seu nome ou em nome de outrem. Desdobra-se, assim, a posse: o possuidor antigo converte-se em possuidor direto, e o novo possuidor converte-se em possuidor indireto, em virtude da lei. Pode ser uma forma de tradição ficta ou real, a depender do caso.

33. O casamento celebrado sem a presença da autoridade à qual incumba presidir o ato e sem presença de seu substituto, mas pelos próprios nubentes, perante seis testemunhas que, com os nubentes não tenham parentesco em linha reta ou, na colateral, até segundo grau, quando um dos contraentes correr iminente risco de vida, não havendo mais tempo para a habilitação e a celebração regular das núpcias, é chamado de:

- a) casamento nuncupativo.
- b) casamento putativo.
- c) casamento inexistente.
- d) casamento por procuração.

Direito Penal

34. Com relação à aplicação da lei penal, é incorreto afirmar:

- a) De acordo com entendimento sumulado do STF, a lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou permanência.
- b) A lei posterior que, de qualquer forma, favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória, transitada em julgado.
- c) Fala-se em retroatividade quando a lei, mesmo depois de revogada, continua a regular os fatos ocorridos durante a sua vigência.
- d) A lei excepcional, embora cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante a sua vigência.

35. Acerca do concurso de pessoas, assinale a alternativa incorreta:

- a) O art. 29 do Código Penal, ao tratar do concurso de pessoas, adotou a teoria monista mitigada, ou temperada, ao estabelecer a resposta penal diferenciada para autores, coautores e partícipes, na medida da culpabilidade.
- b) A coação moral irresistível é uma hipótese legalmente prevista de autoria mediata.
- c) O partícipe, embora não realize o verbo típico da norma penal incriminadora, contribui, estimula ou favorece a conduta criminosa.
- d) Aos crimes de concurso necessário, aplica-se o art. 29 do Código Penal.

36. A respeito das penas, analise os itens a seguir:

- I . As circunstâncias judiciais, além de nortear a atividade do julgador na fixação da pena-base, também servem de parâmetro para a determinação do regime inicial de cumprimento de pena, bem como para a análise da possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos;
- II . O condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos, e não superior a 8 (oito), iniciará o cumprimento de sua pena, necessariamente, no regime semiaberto, independentemente das circunstâncias judiciais;
- III . A quantidade de dias-multa é fixada de acordo com o critério trifásico, e para determinar-se o valor do dia-multa, leva-se em conta a situação econômica do réu;
- IV . A incidência de circunstâncias atenuantes poderá reduzir a pena aquém do mínimo legalmente previsto.

Pode-se afirmar que estão corretas:

- a) as assertivas I e II.
- b) as assertivas II e III.
- c) as assertivas I e III.
- d) as assertivas II e IV.

37. A respeito das normas penais, analise os itens a seguir:

- I . Pelo princípio da reserva legal, o direito penal admite analogia *in malam partem*.
- II . Os crimes previstos na Lei de Drogas (Lei 11.343/2006) são considerados normas penais em branco homogêneas.
- III . Existindo um mesmo bem jurídico penalmente tutelado por duas normas distintas, uma que descreve a ofensa de forma mais ampla e mais grave (norma primária) e outra, que a descreve de maneira menos ampla e menos grave (norma secundária), o princípio da subsidiariedade preconiza a aplicação desta última somente quando todos os elementos da norma primária não se fazem presentes.
- IV . Os arts. 14 e 29 do Código Penal são classificadas como normas de extensão ou de reenvio. Assim, admitindo-se, hipoteticamente, que inexistissem, no Código

Penal, a tentativa e o crime cometido em concurso de agentes, seriam considerados fatos atípicos, em razão do princípio da estrita legalidade em matéria penal.

Pode-se afirmar que estão corretas:

- a) as assertivas I e III.
- b) as assertivas III e IV.
- c) as assertivas II e IV.
- d) as assertivas II e III.

38. O instituto da prescrição possui grande relevância jurídica porque, ao tempo em que confere segurança jurídica ao cidadão, impedindo que seja criminalmente perseguido de modo indeterminado, determina uma efetiva atuação por parte do aparelho estatal. Acerca dessa matéria, escolha a opção incorreta:

- a) Os prazos de prescrição e decadência correm de forma independente, de tal sorte que pode haver prescrição sem que exista decadência, ou vice-versa.
- b) Para a contagem do prazo prescricional, interessa o conhecimento da hora do crime.
- c) Nos crimes tributários e previdenciários, a prescrição só tem início após o trânsito em julgado da decisão administrativa, ou seja, quando o débito vem a ser inscrito na dívida ativa.
- d) Conquanto o art. 109 do Código Penal se restrinja a crimes, a prescrição das contravenções penais também é disciplinada por esse dispositivo, haja vista a ausência de previsão legal na Lei 3.688/1941.

39. Em conformidade com o entendimento mais recente do STF:

- a) Ainda que as circunstâncias do caso não sejam incompatíveis, não se admite a figura do homicídio privilegiado-qualificado, uma vez que se trata de qualificadora de caráter objetivo (modo de execução do crime), enquanto o privilégio possui natureza subjetiva.
- b) É possível a aplicação do princípio da insignificância ao delito de roubo, quando inexpressivo o valor da coisa subtraída.
- c) Para a consumação do crime de roubo, é necessária a posse pacífica e desvigiada da *res furtiva* pelo agente, não bastando, portanto, a sua mera inversão, quando cessada a clandestinidade ou a violência.
- d) É prescindível a apreensão da arma de fogo para a incidência da causa especial de aumento de pena prevista no art. 157, §2º, I, do Código Penal, quando comprovado o seu uso por outro meio de prova.

Direito Processual Civil

40. Os requisitos de admissibilidade do recurso de apelação estão sujeitos ao controle:

- a) apenas pelo juiz.
- b) apenas pelo tribunal.
- c) pelo juiz e pela turma julgadora.
- d) pelo juiz, pelo relator e pela turma julgadora.

41. A ilegitimidade passiva da parte implica:

- a) extinção do processo por carência de ação.
- b) extinção do processo com resolução de mérito.
- c) extinção do processo por falta de pressuposto processual.
- d) nulidade do processo.

42. Na lei processual civil, extingue-se o processo sem a resolução de mérito:

- a) quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
- b) quando ocorrer confusão entre o réu e autor.
- c) quando o juiz pronunciar a decadência e prescrição.
- d) quando o réu reconhecer a procedência do pedido.

43. De acordo com o CPC, a competência relativa poderá ser:

- a) reconhecida de ofício pelo juiz.
- b) reconhecida a qualquer tempo, até mesmo nas ações rescisórias.
- c) arguida na exceção de incompetência no prazo de quinze dias.
- d) material e funcional.

44. Acerca da intervenção de terceiros, é incorreto afirmar que:

- a) a nomeação à autoria é modalidade de intervenção de terceiros em que há a correção do polo passivo da demanda.
- b) simples e litisconsorcial são modalidades de assistência.
- c) na oposição, o momento oportuno para o oponente ingressar com a ação é até a prolação da sentença.
- d) no chamamento ao processo, temos como exemplos clássicos e doutrinários os fiadores e as seguradoras.

45. É ordem preferencial dos bens sujeitos à penhora no processo de execução:

- a) dinheiro, bens móveis e título de crédito.
- b) dinheiro, bens imóveis e aeronaves.
- c) dinheiro, pedras e metais preciosos, e títulos da dívida pública.
- d) dinheiro, direitos e ações, e veículos.

Direito Processual Penal

46. Quanto aos processos e questões incidentes que podem ocorrer durante um processo-crime, é correto afirmar:

- a) Não se pode realizar sequestro de bens imóveis adquiridos pelo indiciado com o proveito da infração, caso estes já tenham sido transferidos a terceiros.
- b) São admissíveis, no processo penal, as medidas assecuratórias consistentes em sequestro e hipoteca legal de bens do acusado.
- c) A restituição de coisas apreendidas somente pode ser efetivada pelo juiz, nos casos em que não existam dúvidas quanto ao direito do reclamante.
- d) Não se admite nenhuma hipótese de incidente de falsidade documental.

47. Quanto ao interrogatório, principalmente depois das modificações introduzidas pela lei 11.719/2008, de 20/06/2008, é correto afirmar:

- a) Apenas o direito à autodefesa é exercido quando se toma o depoimento do acusado.
- b) Trata-se exclusivamente de meio de prova.
- c) O interrogatório constitui-se em meio de defesa, mas, oportunamente, as declarações do réu podem servir como meio de prova.
- d) A defesa técnica não poderá ser exercitada durante o ato de interrogatório, que é ato exclusivo do juiz.

48. Qual o instituto adequado para colocar em liberdade Mário Anzol, que se acha preso em flagrante delito pela autoridade policial do 9º DP em 10/04/2011, indiciado em inquérito policial sob a acusação da prática do crime de homicídio simples? O crime ocorreu na mesma data, e o auto de prisão foi lavrado corretamente:

- a) liberdade provisória, com direito a fiança.
- b) liberdade provisória, sem direito a fiança e com vinculação.
- c) relaxamento da prisão.
- e) revogação da prisão.

49. Nos processos por crime de roubo simples, em quais situações o juiz, ao receber a resposta escrita do acusado, poderá absolvê-lo sumariamente?

- a) existência de causa excludente da ilicitude do fato; existência de causa excludente da culpabilidade e quando o fato narrado na denúncia não configura crime.
- b) quando o réu age em legítima defesa, e a vítima contribui para o crime.
- c) quando o réu age em legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e estado de necessidade.
- d) as opções a) e b) estão corretas.

50. Nos crimes apurados mediante ação penal, de iniciativa pública condicionada, a representação é condição de procedibilidade. Mas, se apresentada e retratada antes de oferecida a denúncia:

- a) impedirá o Ministério Público de oferecer a denúncia.
- b) ocorrerá que o Ministério Público eventualmente oferece a denúncia.
- c) o Ministério Público a oferecerá, e o juiz a receberá para, posteriormente, declarar extinta a punibilidade por carência.
- d) o Ministério Público será obrigado a pedir o arquivamento, por falta de pressuposto processual.